



# África do Sul e o seu entorno regional: existe um subimperialismo sul-africano?<sup>1</sup>

*South Africa and its surroundings:  
is there a South African subimperialism?*

DOI: 10.21530/ci.v14n1.2019.882

Fabio Luis Barbosa dos Santos<sup>2</sup>

## Resumo

O objetivo deste texto é analisar as relações da África do Sul com seu entorno regional desde o fim do *apartheid*, problematizando a noção de que os governos do Congresso Nacional Africano (ANC) praticam uma política subimperialista. A análise se apoia em documentos e entrevistas realizadas na África do Sul, Zimbábue e Zâmbia. Inicialmente, é apresentada uma visão geral das relações da África do Sul com seus vizinhos, evidenciando a assimetria que as caracteriza. A seguir, é discutida a tentativa malograda do presidente Thabo Mbeki de liderar um renascimento africano sob a égide da Nepad, e seus desdobramentos. A terceira seção enfoca a África Austral, examinando as consequências da expansão mercantil sul-africana em Zimbábue e Zâmbia. Na sequência, discuto, a partir de entrevistas, se essa expansão corresponde a uma estratégia determinada dos governos da ANC. Nas reflexões finais, avanço a hipótese de que, embora constata-se uma assimetria nas relações da África do Sul com seus vizinhos, as debilidades e contradições do Estado e do próprio capitalismo sul-africano limitam sua possibilidade de atuação. Como resultado, a expansão regional de negócios sul-africanos se dá à despeito de qualquer estratégia estatal, o que enseja repensar a caracterização desse fenômeno como um subimperialismo.

**Palavras-chave:** África do Sul; Subimperialismo; Integração Regional; ANC; NEPAD.

---

1 Pesquisa realizada com apoio da Fapesp, processo 2017/05588-7.

2 Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Pós-Doutorado no centro Genre, Travail, Mobilités, Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris. Professor do Departamento de Relações Internacionais da UNIFESP. Research Associate, Society, Work and Politics Institute (SWOP), University of Witwatersrand, Johannesburg. Research Associate, Centre for Canadian, US & Latin American Studies, Jawaharlal Nehru University, Nova Delhi.

Artigo submetido em 28/01/2019 e aprovado em 24/04/2019.





## Abstract

This text analyzes South Africa's relations with its neighbors since the end of apartheid, questioning the understanding that African National Congress (ANC) governments have pursued subimperialistic policies. This analysis is supported by documents and interviews undertaken in South Africa, Zimbabwe and Zambia. Initially, an overview of South Africa's relations with its neighbors is presented, bringing to light the imbalance that typifies them. Then I discuss the failed attempt of president Thabo Mbeki to lead an African Renaissance under the frame of Nepad and its outcomes. Third section focuses on Southern Africa, as the consequences of South African business expansion in Zimbabwe and Zambia are examined. Next, I discuss if such expansion is strategized by ANC government, through interviews with different players. In the final reflections, I suggest that although there is an imbalance in South Africa's relations to its neighbors, the weaknesses and contradictions of the State and of South African capitalism in itself, limit its scope of intervention. As a result, the regional expansion of South African business seems to take place despite any State strategy, thus problematizing the characterization of such phenomena as subimperialism.

**Keywords:** South Africa; Subimperialism; Regional Integration; ANC; NEPAD.

## Introdução

A América do Sul ocupou um lugar de destaque na política externa das gestões petistas no Brasil, entre 2003 e 2016. O esteio econômico dessa política foi o apoio à internacionalização de grandes empresas de capital nacional ou sediadas no país, entendidas como vetores do desenvolvimento capitalista nacional: a política das “campeãs nacionais”. Seus veículos principais foram a diplomacia empresarial praticada pelo Itamaraty e a política de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em linhas gerais, a racionalidade petista previa que a internacionalização de corporações brasileiras serviria de alicerce material para projetar regionalmente a influência do país, modificando seu padrão de inserção internacional. A intenção, em última análise, era fazer do Brasil um *global player* (GARCIA, 2018).

Essa política sofreu críticas no campo da própria esquerda, no Brasil e em países vizinhos (FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO, 2009; GARCIA, 2012; ZIBECHI: 2012). Em linhas gerais, argumentou-se que a política brasileira reforçava vínculos assimétricos com os países da região em benefício próprio – seja dos negócios das “campeãs nacionais”, seja dos desígnios de projeção internacional brasileira –, referidos a uma política que não questionava a divisão internacional do trabalho





prevalente, nem a hegemonia estadunidense. Aos olhos de alguns autores, essas críticas foram sintetizadas na evocação de um “subimperialismo brasileiro”, recuperando uma noção forjada pelo economista Ruy Mauro Marini no contexto da ditadura militar (1964-1985) (LUCE, 2007; MARINI, 2000).

A recuperação desse conceito no contexto brasileiro no início do século XXI instigou uma apropriação inesperada do outro lado do Atlântico. A partir da intensa atividade intelectual de Patrick Bond, difundiu-se na África do Sul e em países do seu entorno imediato a caracterização de que esse país, à maneira brasileira, praticava uma política subimperialista sob os governos do Congresso Nacional Africano (ANC), partido que governa o país desde o fim do *apartheid* (BOND: 2006; BOND; GARCIA, 2015).

O objetivo deste texto é apresentar um conjunto de elementos que problematizam o uso dessa categoria no caso sul-africano. Não discutirei teoricamente a noção de subimperialismo, o que já foi feito na América do Sul e também na África do Sul, nem se sua aplicação ao caso brasileiro é pertinente (FONTES, 2012; HADLER: 2013; TANDON, 2014). A partir de uma compreensão genérica do termo, acima enunciada, me limitarei a apresentar elementos de uma pesquisa em andamento, que inclui entrevistas realizadas na África do Sul, no Zimbábue e em Zâmbia em julho de 2018, além de revisão bibliográfica e de documentos<sup>3</sup>. Minha hipótese é que a expansão de negócios sul-africanos no continente, em particular na região austral, é um processo que se dá de maneira casuísta e não corresponde a uma estratégia elaborada do Estado sul-africano, comparável ao projeto acalentado pelas administrações petistas.

O texto se desdobra em quatro seções, seguidas de reflexões finais. Inicialmente, é enfocada a inserção regional da África do Sul, arrolando dados que oferecem uma radiografia das relações do país com seu entorno imediato, evidenciando a assimetria que as caracteriza. Esse é o pano de fundo estrutural que embasa a percepção de um subimperialismo sul-africano. Em seguida, é abordada a tentativa de promover um “renascimento africano”, liderada pelo sucessor de Mandela, Thabo Mbeki (1999-2008), que teve como principal expressão a New Partnership for Africa’s Development (Nepad). Alguns impasses que conduziram ao malogro da iniciativa são analisados, enquanto sua dimensão infraestrutural foi incorporada pelo African Development Bank (AfDB), atualmente na forma do Programme for Infrastructure Development in Africa (PIDA). Na terceira seção,

---

3 Entrevistas realizadas pelo autor nos marcos da pesquisa apoiada pela Fapesp, processo 2017/05588-7.





é enfocada a África Austral e a South African Development Community (SADC). Em particular, são examinadas as consequências da expansão de negócios sul-africanos em Zimbábue e Zâmbia desde o fim do *apartheid*, que dá lastro à noção de um subimperialismo sul-africano nesses países. Na última seção, indago, por meio de entrevistas com intelectuais, *policymakers* e funcionários de alto escalão nos setores público e privado, se essa expansão corresponde a um projeto do governo sul-africano sob o comando da ANC. Nas reflexões finais, concluo que a hipótese de um subimperialismo sul-africano deve ser no mínimo matizada, diante dos constrangimentos e contradições que caracterizam o Estado e, em última análise, o próprio capitalismo sul-africano.

## África do Sul em perspectiva regional

Quando a África do Sul se juntou aos países BRIC em 2011, muitos apontaram que esse recrutamento não correspondia a critérios estritamente econômicos, mas envolvia considerações de outra natureza, principalmente geopolítica. Afinal, o PIB do país era, em 2018, cerca de 1/3 do mexicano, turco ou sul-coreano, ou 1/5 do brasileiro (BOND; GARCIA, 2015).

No entanto, o país é a segunda maior economia da África, depois da Nigéria, rica em petróleo. Visto em perspectiva regional, o país responde por 1/3 do PIB da África subsaariana, ou 3/4 do PIB da South African Development Community (SADC), que congrega os países mais próximos<sup>4</sup>. Conforma-se uma situação paradoxal, uma vez que a economia da África do Sul tem uma dimensão modesta no plano global, ao mesmo tempo em que tem um peso desproporcional na relação com os demais Estados da região.

Nesse contexto, o país é visto, desde o fim do *apartheid*, como um candidato natural à liderança regional. Ao mesmo tempo, formuladores de políticas no país entendem que esse papel é uma condição necessária para a projeção mundial do país. Nas palavras de uma diretora do South African Institute of International Affairs (SAIIA), se a África do Sul quiser ser um *hegemon*, precisa de tamanho, ou seja: precisa de uma região (BERTELSMAN-SCOTT, 2018).

Entretanto, o histórico das relações do país com a região é delicado. O regime do *apartheid* esteve na contramão das lutas anticoloniais no contexto da Guerra

---

4 Botswana, Lesotho, Madagascar, Maurício, Moçambique, Namíbia, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue, Malawi, Seychelles, Angola, Comoros e a República Democrática do Congo.





Fria, em que a emancipação de países de maioria negra se articulou a um ideário antirracista de unidade africana. Longe de limitar-se a um antagonismo ideológico, o Estado segregacionista interferiu consistentemente nos países vizinhos em uma direção contrarrevolucionária, por vezes de modo massivo, como na longa guerra civil em Angola (GLEIJESES: 2016). Por outro lado, o campo anticolonial, liderado pelo tanzaniano Julius Nyerere, articulou uma coalisão informal de Estados da África Austral contra o *apartheid*, conhecida como Frontline States. Inicialmente integrada por Tanzânia, Zâmbia e Botswana, a coalisão fortaleceu-se com a independência de Angola, Moçambique e Zimbábue, resultado de lutas hostilizadas pelo regime sul-africano.

Portanto, o governo que assumiu a liderança da África do Sul pós-*apartheid* encarnou um legado político contraditório, embora o ANC fosse uma organização aliada e apoiada pelos Frontline States, o Estado que agora comandava tinha uma longa história na direção contrária. A situação é ainda mais delicada em função do peso econômico desproporcional da África do Sul em relação ao seu entorno imediato. Nesse contexto político e econômico sensível, impuseram-se relações ambivalentes com os países vizinhos, uma vez que a expectativa de que a África do Sul assumira uma liderança regional é contraposta ao receio de que esse papel seja exercido de modo a reforçar interesses particulares no contexto regional: o temor de um “subimperialismo sul-africano” (BOND, 2018). Nessa perspectiva, a ideia de Mandela de que a África do Sul não pode ser uma ilha de prosperidade em um mar de pobreza (ainda que essa prosperidade seja relativa) é problematizada pela natureza dos nexos econômicos do país com seu entorno imediato.

O país tem uma relação comercial superavitária com o continente africano, concentrada nos países vizinhos, para os quais exporta cinco vezes mais do que importa. Enquanto 3/4 das exportações sul-africanas para o resto do mundo envolvem minerais, no comércio com o continente o país exporta manufaturas: 86% das exportações industriais da África do Sul tem como destino a África e, dentre essas, 70% são absorvidas pelos países mais próximos – o chamado BNLS: Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia, que integram, com a África do Sul, uma das mais antigas uniões aduaneiras do mundo, a South African Customs Union (SACU). Nas relações comerciais entre esses países, institucionalizou-se o uso do rand, moeda sul-africana (GWYNNE-EVANS, 2018). Em 2013, a África do Sul exportou mais manufaturas para Botsuana do que para a China, mais para o Lesoto do que para Rússia e Brasil somados.





Nesse mesmo ano, o superávit com vizinhos regionais (BNLS mais Moçambique e Zimbábue) foi suficiente para compensar 2/3 do seu déficit comercial com o resto do mundo. As exportações para o entorno responderam por cerca de 18% do total, uma importância superior à da China (14%), seu principal destino mundial. A África subsaariana foi o destino de 28% das exportações do país e 43% das exportações de manufaturados, dos quais 1/4 se dirigiu aos países vizinhos (ALENCE, 2015). As manufaturas sul-africanas não competem globalmente com as indústrias *low-cost* asiáticas, mas a proximidade geográfica compensa os custos de produção no contexto regional. Como decorrência, o comércio intrarregional é uma fonte de divisas crucial para a estabilidade macroeconômica do país e para a vitalidade da sua combatida indústria (DUBE, 2018; TEMBO, 2018).

O fim do *apartheid* em 1994 abriu a possibilidade de a África do Sul afirmar sua liderança regional. O país se integrou à SADC, constituída nos anos de 1980 pelos Frontline States com o objetivo original de justamente contornar a dependência econômica da região em relação à África do Sul. Entretanto, no início do século XXI, a política externa sul-africana adotou um escopo mais abrangente, orientando-se para o continente como um todo.

## Nepad e a integração africana

O sucessor de Nelson Mandela (1994-1999), Thabo Mbeki (1999-2008), ancorou-se no prestígio mundial da ANC naquele momento para capitanear uma tentativa de recuperar o ideário de unidade africana, nos marcos do que foi chamado como um processo de “renascimento africano”. A principal expressão dessa política foi a New Partnership for Africa’s Development (NEPAD). A iniciativa surgiu em 2001, como resultado da fusão entre o “*Omega plan*” avançado pelo presidente do Senegal, Abdoulaye Wade, com a “Millenium Partnership for the Revival of Africa” (MAP), proposta inspirada na Declaração do Milênio adotada pela ONU no ano anterior, avançada por Mbeki em conjunto com os presidentes da Nigéria, Olusegun Obasanjo, e da Argélia, Abdelaziz Bouteflika.

Apesar do esforço em conceder à Nepad uma legitimidade continental, Mbeki foi desde o início seu principal propulsor: como indício de seu compromisso, o governo sul-africano fretou um avião que levou 80 funcionários para o lançamento da iniciativa em Abuja na Nigéria, oferecendo carona aos participantes angolanos no caminho (MULLER, 2018). Embora vinculada à União Africana, o secretariado





da Nepad incluiu, desde o início, pessoal do Development Bank of South Africa (DBSA), sediado em Midrand, e opera até os dias de hoje em um prédio próximo ao banco (TSHANDU, 2018).

No campo popular, a Nepad foi criticada desde o início por dois motivos principais: avaliou-se que a racionalidade econômica da iniciativa correspondia àquela de organizações financeiras multilaterais como o FMI e o Banco Mundial, consideradas corresponsáveis pelas mazelas econômicas do continente. Por outro lado, condenou-se a forma como foi gestada e implementada a iniciativa, em um processo hermético que não se preocupou em ampliar as discussões, nem em envolver segmentos da sociedade civil e movimentos sociais (BOND, 2005).

Angulada na perspectiva de uma integração africana e não de um regionalismo sul-africano, a Nepad foi concebida a partir de uma abordagem fundamentalmente política (GWYNNE-EVANS, 2018; PARSHOTAN, 2018). No plano do desenvolvimento, vislumbrou-se um conjunto de projetos de integração de infraestrutura, cuja realização estava referida a um novo padrão de relacionamento menos assimétrico com as potências mundiais – daí a ideia de uma “nova parceria”. Concretamente, os projetos de integração esboçados dependiam de recursos obtidos fora do continente para saírem do papel, conforme reconhecia o parágrafo 147 do seu documento fundador (BOND, 2005). Como a maioria dos países envolvidos é pobre, o êxito da iniciativa dependeu da mobilização de doadores internacionais, que não decolou. Com o tempo, a Nepad acabou se transformando em uma longa lista de desejos não realizados (MULLER, 2018).

Em 2018, a Nepad era vista como um projeto que perdeu relevância, processo acelerado durante a gestão de Jacob Zuma (2009-2018), que concedeu escassa importância à política externa e à integração regional (PERE, 2015). Especulava-se que o novo presidente Cyril Ramaphosa retomaria esforços nessa direção, revalorizando a Nepad. Pois, como disse um observador, se a política externa sul-africana deve voltar a funcionar, será necessária uma instituição como a Nepad (MOSHOESHOE, 2018). Enquanto isso, prosperava uma Nepad Business Foundation, propondo mediar vínculos entre os setores público e privado com o propósito de acelerar projetos de desenvolvimento na África, sob a consigna: “o nosso negócio é o sucesso do seu negócio na África”.

Entretanto, a dimensão infraestrutural da integração continental subjacente aos projetos que convergiram na Nepad foi, em certa medida, recolhida e cultivada sob a égide do African Development Bank (AfDB). O banco gerencia o fundo NEPAD-Infrastructure Project Preparation Facility (IPPF), constituído em 2005, e que,





em 2018, mobilizava U\$ 102 milhões amealhados a partir de uma diversidade de contribuidores. O foco dessa instituição é tornar financiáveis (*bankable*) projetos de infraestrutura na região (NEW PARTNERSHIP FOR AFRICA'S DEVELOPMENT-INFRASTRUCTURE PROJECT PREPARATION FACILITY, 2018).

Muitos desses projetos confluíram para a carteira do Programme for Infrastructure Development in Africa (PIDA), concebido em 2012 como o sucessor da Medium to Long Term Strategic Framework (MLTSF) da Nepad. O PIDA tem como propósito articular uma visão estratégica de conjunto para o desenvolvimento da infraestrutura regional e continental no longo prazo (2012-2040), pensada a partir de quatro dimensões: energia, transporte, informação e tecnologias da comunicação, e recursos hídricos transfronteiriços. O PIDA prevê a construção de 37.200km de estradas, 30.200km de ferrovias e 16.500km de linhas elétricas até 2040. Também planeja adicionar 54.150 megawatts de capacidade de geração de energia hidroelétrica, além de 1,3 bilhão de toneladas de capacidade comercial portuária (PROGRAM FOR INFRASTRUCTURE DEVELOPMENT IN AFRICA, 2017).

Formalmente, a African Union Commission (AUC) e a Nepad compartilham com o AfDB a responsabilidade sobre o PIDA, mas, concretamente, o banco é a agência executora do programa, uma posição similar à do BID em relação à IIRSA na América do Sul. Também à maneira da IIRSA, o PIDA arrolava em 2017 uma lista de 51 "Priority Action Plan" (PAP) – projetos e programas prioritários distribuídos pelo continente, que se desdobravam em 433 projetos nas quatro dimensões citadas. O custo estimado das obras entre 2012 e 2020 era de U\$ 68 bilhões anuais, dos quais 95% se concentrava em projetos de energia e transporte (AfDB, 2018). Os financiadores incluem o próprio AfDB, bem como instituições vinculadas ao governo do Japão, da Alemanha e a União Europeia, dentre outros (PROGRAM FOR INFRASTRUCTURE DEVELOPMENT IN AFRICA, 2017). Entretanto, de acordo com a agência Nepad, havia uma lacuna de recursos da ordem de U\$ 31 bilhões anuais, que incluem 75% dos investimentos de capital e 25% das despesas de manutenção (OFFICE FOR SPECIAL ADVISOR IN AFRICA, 2015).

O financiamento dessas obras é parte de um desafio maior para suprir a lacuna de infraestrutura no continente que, segundo uma estimativa do Banco Mundial feita em 2009, exigiria investimentos da ordem de U\$ 93 bilhões por ano até 2020. Para resolver esse gargalo, está em andamento um esforço para transformar o desafio em oportunidade de negócio. Pretende-se compensar a capacidade decrescente do capital tradicional de investir em ativos na África com acesso aos relativamente inexplorados recursos financeiros do continente, sobretudo a





fundos de pensão e fundos soberanos. A capitalização do mercado acionário no continente subiu de U\$ 300 bilhões em 1996 para U\$ 1.2 trilhão em 2007. Além disso, desde 2011, mais de uma dúzia de países emitiram títulos internacionais pela primeira vez, com o objetivo de financiar projetos de infraestrutura (OFFICE FOR SPECIAL ADVISOR IN AFRICA, 2015).

Nesta perspectiva, o AfDB estabeleceu o Africa50 como um instrumento para mobilizar o financiamento privado em infraestrutura, enquanto a Nepad iniciou em 2017 a campanha “Agenda 5%”, estimulando os investidores a aplicar 5% dos seus fundos em infraestrutura no continente, em lugar dos atuais 1,5% (NEW PARTNERSHIP FOR AFRICA’S DEVELOPMENT, 2017). Nos marcos desse esforço, a campanha defende que se reformem os marcos regulatórios nacionais e regionais que orientam o investimento institucional na África. Ao mesmo tempo, estimula o desenvolvimento de novos produtos no mercado de capitais para diminuir o risco do crédito, favorecendo que os proprietários de ativos africanos identifiquem no investimento em infraestrutura um ativo atrativo para o seu portfólio. A campanha foi lançada em setembro de 2017 na bolsa de Nova Iorque (SUSTAINABLE INFRASTRUCTURE FOUNDATION, 2017).

Toda essa movimentação amparada pelo AfDB sugere que a Nepad proposta por Mbeki teve desdobramentos e rendeu frutos. Entretanto, a África do Sul perdeu o papel de liderança a que se propôs. Com sede no Senegal, o AfDB é visto como um banco em que predominam funcionários francófonos e que tem como foco os países de baixa renda, portanto, não seria muito envolvido com a África do Sul, país visto antes como fonte de capital no continente do que como um receptor (BERTELSMANN-SCOTT; MARKOWITZ, 2018). Analisando a carteira de projetos do PIDA em 2018, observa-se apenas 5 projetos envolvendo a África do Sul, incluindo a modernização de dois postos de fronteira. Em contraste, um país pequeno como Ruanda recebe 9 projetos, enquanto Uganda tem quase vinte e a Tanzânia participa em dezenas dos 411 projetos listados (PROGRAM FOR INFRASTRUCTURE DEVELOPMENT IN AFRICA, 2018).

## O entorno regional

Continente que contém o maior número de países no mundo, a racionalidade da integração africana apoia-se na integração de subcomunidades econômicas regionais. Um exemplo desse enfoque no plano da infraestrutura é dado pela





própria SADC. Em uma cúpula da organização em 2003, adotou-se o “Regional Indicative Strategic Development Plan” (RISDP), um plano de dez anos concebido para conectar a região. A sintonia com a Nepad foi explicitada no plano de trabalho divulgado naquele mesmo ano: “Neste contexto, o Programa Nepad da União Africana é abraçado como uma referência confiável e relevante no âmbito continental, enquanto o RISDP *é sua expressão regional* no âmbito da SADC, seu veículo para atingir os mesmos ideais” (SOUTHERN AFRICAN DEVELOPMENT COMMUNITY REVISED REGIONAL INDICATIVE STRATEGIC DEVELOPMENT PLAN, 2003, grifos meus). Em 2014, o RISDIP foi revisado e atualizado.

No plano da integração comercial, a SADC, a East African Community (EAC) e o Common Market for Eastern and Southern Africa (Comesa) se engajaram em 2015 em uma área de livre-comércio abrangendo a metade dos países do continente. Em março de 2018, 44 dentre os 55 membros da União Africana assinaram em Ruanda um acordo para estabelecer uma área de livre-comércio continental (CFTA). Embora fosse um dos principais incentivadores do acordo, a África do Sul não o assinou naquele momento por questões de sensibilidade política, mas certamente participará (GWYNNE-EVANS, 2018; PARSHOTAM, 2018). As corporações do país devem se beneficiar do fim de barreiras tarifárias em escala continental, como aconteceu na região austral. Entretanto, há uma leitura consensual de que a proposta de uma área de livre-comércio continental esbarra em múltiplas dificuldades concretas. Nesse contexto, a ideia de aprofundar a integração a partir das comunidades econômicas regionais soa razoável (CHEELO, 2018; MAJAJA, 2018).

Porém, obstáculos de outra natureza se colocam. A SADC tem poucos funcionários que não são bem remunerados e a organização depende de doações, principalmente da União Europeia. Muitos países enfrentam problemas domésticos e rivalidades cuja solução está fora do alcance da diplomacia sul-africana. Ainda, prevalecem estradas ruins, alfândegas lentas, cortes de energia, dentre outros gargalos estruturais (BERTELSMANN-SCOTT, 2018). Como resultado, frequentemente a integração se concentra no setor mineral. E, nesse caso, muitas vezes tal integração se confunde com a mera expansão dos negócios sul-africanos na região (CHEELO, 2018).

Quando o Zimbábue presidiu a SADC em 2015, o país promoveu uma agenda de industrialização, visando a formação de cadeias regionais de valor. Entretanto, analistas consideram que a África do Sul não tem interesse nessa agenda. O foco da sua política é facilitar as trocas regionais. Mais especificamente, o foco





sul-africano é promover a colaboração entre o setor privado, estimulando a expansão e penetração de seus negócios na região (DUBE, 2018; MAHAJA, 2018; TEMBO, 2018).

Essa percepção remonta aos anos de 1990. Naquele momento, o desmanche do *apartheid* encerrou o isolamento político do país, mas também o bloqueio econômico. Nesse contexto, reformas reduziram as barreiras ao comércio intrarregional, o que favoreceu a expansão de negócios sul-africanos. Companhias nos ramos de supermercados, bancos, transporte, logística, mineração, construção, manufatura, serviços financeiros, telecomunicações, turismo e lazer se expandiram pela região. As indústrias de pequena escala de Zâmbia e Zimbábue foram particularmente afetadas pela concorrência do vizinho austral (BOND, 2005). Em 2008, entrou em vigor a SADC Free Trade Area, aprofundando a tendência à integração comercial regional.

Como decorrência desse processo, o Zimbábue, país que já teve 30% do PIB na indústria, agora é um escoadouro de manufaturas sul-africanas. Cerca de metade das importações e exportações do país se orientam à África do Sul, seu principal parceiro comercial: 85% das trocas comerciais do Zimbábue são com a África e, como o país não tem saída para o mar, suas exportações viajam principalmente pelo porto de Durban, na África do Sul. Como em outros países da região, há bancos, grifes e supermercados sul-africanos, que importam a quase totalidade dos seus produtos do seu país de origem. Capitais sul-africanos também têm uma importante participação no setor minerador, e controlam a produção de platina, que é refinada na África do Sul.

Esses fortes laços econômicos ajudam a explicar a cumplicidade dos governos da ANC com o regime opressor de Robert Mugabe (1987-2017), para além dos laços históricos de fraternidade que uniam a organização sul-africana ao Zimbabwe African National Unity (ZANU), partido de Mugabe, que liderou a independência na ex-Rodésia. O apoio sul-africano foi crucial para conceder alguma legitimidade ao regime, amenizando o seu ostracismo internacional. Em 2018, no momento em que o regime de Mugabe chegou ao fim e o novo presidente anuncia que “*Zimbabwe is open for business*”, os capitais sul-africanos se movimentavam, visando aproveitar as oportunidades iminentes (BOMBA, 2018; CHIRIMAMBOWA, 2018; MUDZONGA, 2018).

Por outro lado, a África do Sul recebe 2/3 da diáspora do Zimbábue, que não é pequena: calcula-se que um quarto da população vive fora do país. Profissionais qualificados formados no sistema educacional do Zimbábue, um legado positivo





do regime de Mugabe, encontram trabalho na África do Sul, configurando uma fuga de cérebros. Entretanto, muitos outros migram para fazer qualquer trabalho, engrossando a massa de desempregados: deparam-se com uma política pública altamente restritiva para a concessão de visto, o que condena a maioria à ilegalidade e à xenofobia (SOUTH AFRICA HISTORY ONLINE, 2018).

Em Zâmbia, observa-se uma trajetória similar. A indústria nacional, menos desenvolvida do que no Zimbábue, foi duramente afetada pela abertura comercial nos anos de 1990. A crise econômica do país foi uma oportunidade para capitais sul-africanos, que penetraram no país por duas vias principais: bancos e comércio varejista. Em Lusaca, como em outras grandes cidades da África Austral, há centros comerciais parecidos entre si e recheados de marcas sul-africanas, de modo que, se alguém caísse do céu, pensaria que está em Johannesburgo (MULOBELA, 2018).

A presença sul-africana também é notável em outros campos, da construção civil ao agronegócio, passando por serviços de segurança, mineração e a indústria de entretenimento. A maior parte do conteúdo televisivo, principalmente em canais pagos, é sul-africana. Segundo o diretor do Departamento de Mídia e Comunicação da Universidade de Zâmbia, observa-se a influência sul-africana até mesmo na língua, pois há diversas expressões correntes no país incorporadas de idiomas do vizinho austral, seja em africâner ou em zulu (HAMUSAKWE, 2018).

Capitais sul-africanos também se beneficiaram das privatizações em massa nos anos de 1990, adquirindo negócios nos ramos de mineração (como a corporação ZCCM – Chibuluma Mine), turismo (Hotel Intercontinental em Livingstone, cidade das cataratas Vitória), industrial (Zambia Oxygen Limited), dentre outros (ZAMBIA DEVELOPMENT AGENCY, 2010). Outras empresas utilizam a África do Sul como base de suas operações regionais, que incluem Zâmbia, como é o caso da agora britânica Anglo American. Diante dessa realidade, observadores consideram que o país não será muito afetado pelos acordos de liberalização comercial em negociação, porque já não resta muito mercado ao qual proteger (MUDENDA, 2018).

De modo geral, analistas no Zimbábue e em Zâmbia opinam que a projeção de negócios sul-africanos não é casual, e obedece a uma estratégia do governo desse país (CHEELO, 2018; CHIRIMAMBOWA, 2018; MADIMUTSA, 2018; MULOBELA, 2018). Curiosamente, essa visão não é partilhada por observadores sul-africanos, que salientam debilidades do Estado para concretizar qualquer projeto nesse sentido.





## O governo sul-africano tem uma estratégia?

Constatada a expansão mercantil, cabe indagar se os governos da ANC desenharam alguma estratégia para a projeção regional de negócios sul-africanos ou sediados no país, comparável à política das “campeãs nacionais” das administrações petistas no Brasil. Em primeiro lugar, é pertinente investigar se há instituições financeiras que cumprem um papel análogo ao BNDES brasileiro.

Em tese, a Industrial Development Corporation (IDC) tem o papel de fomentar projetos associados ao desenvolvimento nacional. Entretanto, embora a IDC financie projetos de infraestrutura na região vinculados à exportação de serviços sul-africanos e também ofereça algum financiamento industrial, sua participação é pequena e dirigida principalmente a projetos intensivos de capital no setor de mineração (MOHAMED, 2010, 49). Um estudo que a compara ao BNDES aponta que o banco sul-africano não tem uma participação equivalente no planejamento e na concepção de políticas estatais, nem tem representação nos mais altos níveis do governo (MAIA; MONDI; ROBERTS, 2005).

Já o Development Bank of Southern Africa (DBSA), constituído originalmente para financiar o desenvolvimento dos bantustões, ampliou o seu escopo de atuação e, a partir de 1997, tem como mandato específico o desenvolvimento infraestrutural no Sul do continente. Recentemente, a abrangência geográfica dos investimentos se ampliou, e o banco tem a pretensão de ir além da região SADC (NOTSHULWANA, 2018). Porém, sua abordagem é essencialmente mercantil, financiando projetos comercialmente viáveis em áreas como energia e transporte. Em suma, considerados os limites políticos e financeiros do IDC e do DBSA, um ex-assessor do ministro da Fazenda conclui que o país não tem instrumentos adequados para o investimento de longo prazo na região, só tem negócios (KASSIM, 2018).

Desse ponto de vista, a questão fundamental é saber se o DBSA poderá competir com as instituições estadunidenses e europeias (GOVENDER, 2013). Em 2014, esses países abocanhavam 40% dos projetos no continente, cujo valor total alcançava U\$325 bilhões, seguidos pelos chineses que realizavam 12% das obras, enquanto empresas de países como Índia, Emirados Árabes e Austrália respondiam pelas demais (DELOITTE REPORT, 2015). Embora construtoras sul-africanas atuem no continente, especialmente no seu entorno regional, elas têm padecido diante da concorrência chinesa e a escala da sua presença não é comparável à expansão das construtoras brasileiras na América do Sul sob as gestões petistas.





Se a expansão da construção civil é inibida pela competição internacional, particularmente chinesa, e não tem como ponto de apoio fundamental instituições de crédito nacional, como se dá a internacionalização em outras áreas de negócios sul-africanos?

Um setor que tem se expandido é o agronegócio, impulsionado pela escassez de água e terras em território sul-africano (GOGA, 2018; NAIR, 2018). No entanto, em muitos casos esse movimento se dá em associação com capitais globalizados que, em parte, atuam por meio da África do Sul. Além disso, desde a criação de um mercado de futuros (SAFEX) envolvendo os principais produtos agrícolas do país nos anos de 1990, constata-se uma crescente financeirização do setor.

Por exemplo: a empresa de investimento britânica/sul-africana Emergent Asset Management Ltd, que despontou nos setores de defesa e indústria de alta tecnologia nos Estados Unidos, agora se especializou em fundos de investimento agrícola. Em meio à recessão global em 2008, estabeleceu um African Agricultural Investment Fund que ambiciona amealhar 3 bilhões de euros, prometendo retornos anuais na casa de 30%. A empresa se associou a Grainvest, uma das maiores companhias sul-africanas na SAFEX, para constituir a Emvest Agricultural Corporation, empresa que serve de veículo para investimentos britânicos, sul-africanos ou de outra origem na agricultura continental. Outro exemplo é o United Fruit Farmers and Agri Asset Management, parte da Old Mutual's African Agricultural Fund, vinculado à poderosa seguradora sul-africana. Esse fundo oferece a possibilidade de investir tanto no mercado doméstico como na região (COUSINS; HALL, 2018).

Ao mesmo tempo, multinacionais têm adquirido corporações sul-africanas, que servem como veículo para a expansão regional. Um exemplo é a Pannar Seeds, que foi adquirida por uma marca da Du Pont, a Pioneer Breed em 2013, consolidando uma divisão do mercado de sementes sul-africano nas mãos de duas empresas: Pioneer e Monsanto. Outro exemplo dessa trajetória é a gigante do açúcar Ilovo, que opera em seis países da região, mas que atualmente pertence à Associated British Foods. Embora mantenha sua base de operações na África do Sul, não se trata mais de uma companhia sul-africana. Companhias sul-africanas também participam de empreendimentos florestais em Moçambique e Gana, projetos agrícolas no Congo, Moçambique, Swazilândia, Zâmbia, Zimbábue e Nigéria, e, em turismo, como em safaris e ecoturismo, em Moçambique, Tanzânia e Uganda (BOMBA, 2018; COUSINS; HALL, 2018).

Portanto, a expansão do agronegócio sul-africano tem acontecido em competição, mas também em associação com corporações dos países centrais.





Muitas das empresas sul-africanas de semente, agrotóxicos e fertilizantes participam de processos de fusões e aquisições, nos marcos da sua expansão internacional.

Outra característica da expansão regional de negócios sul-africanos é a coexpansão, ou seja, a projeção regional de parcerias comerciais já existentes. A Unitrans, que opera em 10 países na África Austral, opera em parceria com outras empresas sul-africanas, como a Tiger Brands e a RCL Foods. Outro caso ilustrativo é a expansão de cadeias de *fast-food* e de supermercado. Quatro grandes redes sul-africanas expandiram suas operações na região: Shoprite, Pick n Pay, Spar e Woolworths. A principal delas, Shoprite, estabeleceu programas de apoio a produtores locais para que eles atendam aos requisitos de quantidade e qualidade de suas operações. No entanto, em 2016, ainda importava 98% de suas frutas e vegetais da África do Sul (TEMBO, 2018).

Nesses casos, não foi possível mapear políticas específicas do Estado sul-africano em apoio da expansão regional, para além de uma atuação em prol da liberalização comercial, já descrita. Na realidade, os testemunhos de analistas, servidores públicos de alto nível e homens de negócios sugerem que essa expansão tem sido um assunto privado, que acontece em grande medida à revelia do Estado.

Um executivo da MTN, empresa de telefonia sul-africana que se expandiu globalmente, relata um episódio que ocorreu quando trabalhava na sua principal concorrente, a Vodacom – atualmente controlada pela britânica Vodafone. Essa empresa teria entrado no mercado moçambicano em resposta a um pedido pessoal do então presidente Nelson Mandela. Do ponto de vista corporativo, trata-se de um país em que os potenciais clientes se concentram em poucas cidades esparsas em um vasto território, o que torna a cobertura telefônica dispendiosa e, portanto, pouco rentável. Entretanto, como disse o executivo, “ninguém dizia não a Madiba” – modo como é conhecido Mandela. Questionado sobre a forma de penetração dessas empresas na região, relatou que, frequentemente, governos africanos convidam empresas sul-africanas a fazerem negócios em seu país, porque elas aportam investimento em economias pouco diversificadas (NYOKA, 2018).

Nesse mesmo diapasão, mas de um ângulo distinto, um servidor, que ocupava em 2018 um alto cargo vinculado ao Ministério de Indústria e Comércio, opina que há pouca estratégia governamental e que a expansão corporativa tem sido, em larga medida, um movimento na esfera privada (GWYNNE-EVANS, 2018). Prevalece entre os analistas a percepção de que a internacionalização evolui caso a caso, sem constituir uma política totalizadora que articule esse movimento econômico a um projeto político de liderança regional, ou de projeção global (GOGA, 2018;





NAIR, 2018). Outro economista que serviu no governo lembra que as corporações sul-africanas se beneficiam do seu conhecimento da realidade africana para fazer negócios, escoradas na superioridade relativa das instituições e da infraestrutura do país no contexto da região (KASSIM, 2018). Nessa perspectiva, a África do Sul opera também como porta de entrada para negócios globais no continente (SCHOLVIN; DRAPER, 2012).

Entretanto, se a África do Sul se destaca no contexto regional, o país encara obstáculos para que essas vantagens comparativas se desdobrem em um projeto nacional. Constatam-se dificuldades de natureza diversa, desde o tamanho relativamente pequeno da economia até entraves políticos. Um analista, que esteve presente no lançamento da Nepad, entende que a dificuldade de formular uma estratégia coerente é acentuada pelo descolamento entre os negócios, majoritariamente nas mãos dos brancos, e a política, comandada pelos negros (MULLER, 2018). Sugere-se que a formulação de uma política consistente de integração regional esbarra também na escassa coordenação entre os governos da região, agravada pela falta de coesão entre os diferentes ministérios e órgãos governamentais no seio do governo sul-africano (BERTELSMANN-SCOTT, 2018; KASSIM, 2018; MONDI, 2018?).

## Reflexões finais

Resultado de intensa pressão social, mas também de constrangimentos econômicos, o fim do *apartheid* implicou ambiguidades na política sul-africana. No plano doméstico, a transição pactuada implicou em uma modalidade de arranjo em que os brancos preservaram seu poder econômico, enquanto os negros assumiram o comando da política e o controle do Estado. Nesse processo, o histórico ideário igualitário, associado à Freedom Charter dos anos de 1950, cedeu passo às políticas de ajuste estrutural características do neoliberalismo. Na esfera internacional, o fim do *apartheid* encerrou o isolamento sul-africano, ao mesmo tempo em que aumentou a suscetibilidade aos movimentos do capital global que então se intensificavam. Por outro lado, a posição do país no contexto africano modificou-se radicalmente, e o Estado, até há pouco repellido pelos vizinhos, subitamente investiu-se do prestígio internacional que a liderança de Mandela lhe conferiu.

O sucessor de Mandela, Thabo Mbeki, sonhou grande e pretendeu recuperar o ideário de unidade africana. Entretanto, esse desígnio ambicioso confrontou-se





com limitações econômicas e políticas para prosperar sob liderança sul-africana. À maneira da IIRSA na América do Sul, mas sem que se tenha criado uma organização comparável à UNASUL no caso africano, as aspirações mais nobres de unidade se esvaziaram com o passar dos anos, enquanto o esqueleto associado à integração infraestrutural segue avançando sob a égide do AfDB, um primo do BID.

Entretanto, prosperou a expansão de negócios sul-africanos no continente. Esse movimento teve particular intensidade na África Austral, onde arranjos de integração comercial favoreceram a indústria sul-africana às expensas de países vizinhos, como nos casos de Zimbábue e Zâmbia. A avalanche de negócios e produtos sul-africanos em setores que vão desde o comércio varejista à rede bancária, do conteúdo televisivo às grifes nos centros comerciais, lastreou a noção de que existe um subimperialismo sul-africano na região. Os superávits comerciais desse país com seus vizinhos, que ademais sustentam uma atividade manufatureira que não é competitiva em outros mercados, reforçam tal percepção.

As entrevistas em Zimbábue e Zâmbia, embora constituam apenas uma amostra, revelam o sentimento de que essas assimetrias estão calçadas em um desígnio estratégico do governo sul-africano, percebido como um ator poderoso e, portanto, determinante no contexto regional. Posturas de arrogância ou de insensibilidade dos investidores desse país, que importam em lugar de abastecerem seus hipermercados de hortifrutigranjeiros locais, por exemplo, agravam essa hostilidade. Cumpre ressaltar que essa percepção transcende filiações ideológicas, e está presente em análises sob o prisma da esquerda, mas também no campo liberal.

Contudo, as entrevistas na África do Sul, envolvendo intelectuais, *policy-makers* e funcionários de alto escalão nos setores público e privado, apontam em outra direção. Sob o prisma desses observadores, o país sob o comando da ANC emerge como uma potência econômica no contexto regional em que está inserido, mas cujo potencial de liderança política não se realiza. Salientam-se múltiplas contradições que atravessam o governo e, em última análise, o próprio capitalismo sul-africano, dentre as quais: negócios principalmente nas mãos de brancos, enquanto o Estado é comandado pelos negros; relações econômicas superavitárias com os vizinhos que, por sua vez, sustentam relações deficitárias com o mercado mundial; a expansão de negócios sul-africanos que, ao se internacionalizarem, frequentemente deixam de ser africanos; contradições entre as exigências mercantis imediatas (por exemplo, do DBSA) e a necessidade de consolidar as estruturas para uma articulação econômica e política regional.





Nesse contexto, a descrição dos governos da ANC como subimperialistas deve ser matizada, pois embora constatem-se relações assimétricas na região, o Estado parece simplesmente impotente para consolidar um projeto político coerente nessa direção. Talvez a África do Sul pretendesse ser subimperialista, mas parece não reunir a capacidade para isso sob a ANC.

## Referências

- ALENCE, Rod. 'Trading with the frenemy: how South Africa depends on African trade'. In: KHADIGALA, NAIDOO, PILAY & SOUTHALL. *New South African Review 5. Beyond Marikana*. Johannesburg: Wits University Press, 2015, 284-297.
- BOND, Patrick (ed.). *Fanon's warning. A civil society reader on the New Partnership for Africa's Development*. 2<sup>nd</sup> edition. Asmara: Africa World Press. 2005.
- \_\_\_\_\_. 'O império norte-americano e o sub-imperialismo sul africano'. Em: PANITCH, Leo; LEYS, Colin. *O império reloaded. Socialist Register 2005*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- BOND; Patrick; GARCIA, Ana; *BRICS: an anti-capitalistic critique*. Johannesburg: Jacana, 2015.
- COUSINS, Ben; HALL; Ruth (2018). 'Exporting contradictions: the expansion of South African agrarian capital within Africa'. *Globalizations*, 15:1, 12-31, DOI: 10.1080/14747731.2017.1408335.
- DELOITTE REPORT. South African construction trends. 2015. Disponível em: < <https://www2.deloitte.com/za/en/pages/energy-and-resources/articles/africa-construction-trends-report.html> > . Acesso em 27/10/2018.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e história*. 3ed., Rio de Janeiro: UERJ, 2012.
- FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO. *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- GARCIA, Ana Saggiaro. *A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PUC, 2012.
- GARCIA, Marco Aurélio. *A opção sul-americana*. São Paulo: Perseo Abramo, 2018.
- GLEIJESES, Piero. *Visions of freedom. Havana, Washington, Pretoria and the struggle for Southern Africa*. University of California Press (reprint), 2016.
- GOVENDER, G. Financing for development? The development bank of South Africa and its footprint in Africa. Internal discussion document. Johannesburg: Action Aid, 2013.
- HADLER, João Paulo de Toledo Camargo. *Dependência e super-exploração: os limites das reflexões de Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini sobre o capitalismo dependente*. (Campinas) Tese de Doutorado, Instituto de Economia da UNICAMP, 2013.





- LUCE, M. S. *O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)*. Porto Alegre, UFRGS, 2007 (Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais) Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- MAIA, J., MONDI, L.; ROBERTS, S. *Industrial Development and Industrial Finance in South Africa and Brazil: A comparative assessment*. Trade and Uneven Development: Opportunities and Challenges. TIPS Annual Forum, 2005.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- NEW PARTNERSHIP FOR AFRICA'S DEVELOPMENT (NEPAD). 'Concept note. Nepad 5% agenda: Mobilizing Domestic Pension and Sovereign Wealth Fund Capital for PIDA and other African Infrastructure Projects'. Setembro 2017. Disponível em: < <http://www.nepad.org/resource/concept-note-nepad-5-agenda-mobilizing-domestic-pension-and-sovereign-wealth-fund-capital> > . Acesso em 27/12/2018.
- NEW PARTNERSHIP FOR AFRICA'S DEVELOPMENT – INFRASTRUCTURE PROJECT PREPARATION FACILITY. Disponível em: < <https://www.afdb.org/en/topics-and-sectors/initiatives-partnerships/nepad-infrastructure-project-preparation-facility-nepad-ippf/> > . Acesso em 27/12/2018.
- OFFICE OF THE SPECIAL ADVISOR IN AFRICA(OSSA). *Financing Africa's infrastructure development*. Policy Brief, 2015. Disponível em: < [http://www.un.org/en/africa/osaa/pdf/policybriefs/2015\\_financing\\_infrastructure.pdf](http://www.un.org/en/africa/osaa/pdf/policybriefs/2015_financing_infrastructure.pdf) > . Acesso em 27/12/2018.
- PERE, Gareth le. 'The evolution of South Africa's foreign policy'. In: KHADIGALA, NAIDOO, PILAY & SOUTHALL. *New South African Review 5. Beyond Marikana*. Johannesburg: Wits University Press, 2015, 249-267.
- PROGRAM FOR INFRASTRUCTURE DEVELOPMENT IN AFRICA. 2017. Disponível em: < <https://www.afdb.org/en/topics-and-sectors/initiatives-partnerships/programme-for-infrastructure-development-in-africa-pida/> > . Acesso em 27/12/2018.
- SOUTH AFRICA HISTORY ONLINE 'Xenophobic violence in democratic South Africa.' Disponível em: < <https://www.sahistory.org.za/article/xenophobic-violence-democratic-south-africa> > . Acesso em 27/12;2018.
- SOUTHERN AFRICAN DEVELOPMENT COMMUNITY REVISED REGIONAL INDICATIVE STRATEGIC DEVELOPMENT PLAN 2003. Disponível em: < [http://www.sadc.int/files/5713/5292/8372/Regional\\_Indicative\\_Strategic\\_Development\\_Plan.pdf](http://www.sadc.int/files/5713/5292/8372/Regional_Indicative_Strategic_Development_Plan.pdf) > . Acesso em 20/1/2017.
- SCHOLVIN, Soren; DRAPER, Peter. "The gateway to Africa? Geography and South Africa's role as an economic hinge joint between Africa and the world". *South African Journal of International Affairs*, 19:3, 381-400, 2012.





SUSTAINABLE INFRASTRUCTURE FOUNDATION (SIF). 'Nepad launches 5 per cent Agenda initiative' Setembro 2017. Disponível em: < <https://public.sif-source.org/mdbs-infra-news/nepad-launches-5-per-cent-agenda-initiative-bridging-africas-usd-68-billion-infrastructure-finance-gap/> > . Acesso em 27/12/2017.

TANDON, Yash. "On Sub-imperialism and BRICS-bashing." Pambazuka News, May 21, 2014. Disponível em: < <http://www.pambazuka.org/en/category/features/91832/print> > . Acesso em 27/5/2017.

ZAMBIA DEVELOPMENT AGENCY. *Report status on privatization as at 30<sup>th</sup> November 2010*. Lusaka: ZDA, 2010.

ZIBECHI Raúl. *Brasil potencia. Entre la integración regional y un nuevo imperialismo*. Bogotá: Ediciones desde abajo, 2012.

## Entrevistas citadas, realizadas em junho de 2018

### *África do Sul*

BERTELSMANN-SCOTT, Talitha. Diretora do Regional Observatory do SAIIA.

BOND, Patrick. University of the Witwatersrand School of Governance.

GOGA, Sumayya. Centre for Competition, Regulation and Economic Development (CCRED). University of Johannesburg.

GWYNNE-EVANS, Nigel.& Industrial Development. Department of Trade and Industry. Governo da África do Sul.

KASSIM, Fuad. Assessor do Minister of Finance at Treasury (2010 a 2018).

MARKOWITZ, Chelsea. Pesquisadora do SAIIA.

MONDI, Lumkile P.. Foi Chief Economist e Executive Vice President of Professional Services at The Industrial Development Corporation of South Africa Limited. Também foi Vice President at the Industrial Development Corporation. Trabalhou por sete anos como Deputy Treasurer at Transnet.

MOSHOESHOE, Mopeli. Professor do Departamento de Relações Internacionais da Wits University.

MULLER, Mike. Engenheiro, consultor de empresas do setor hidroelétrico. Pesquisador da Wits School of Governance.

NAIR, Reena Das. School of Economics, College of Business and Economics. CCRED, University of Johannesburg.

NOTSHULWANA, Mxolisi. Senior Specialist. Infrastructure projects. International Financing Division. Development Bank of Southern Africa (DBSA).





NYOKA, Nkateko (conhecido como Snakes). Chief Officer of Legal and Regulatory at Vodacom. Anteriormente, trabalhou na MTN, a outra grande empresa de telecomunicações de origem sul-africana.

PARSHOTAM, Asmita. Pesquisadora do South African Institute of International Affairs (SAIIA).

TSHANDU, Zwelakhe. Development Bank of South Africa.

### ***Zimbabwe***

BOMBA, Briggs. Diretor do Trust for Africa.

CHIRIMAMBOWA, Tamuka. Secretário executivo do Institute of Public Affairs in Zimbabwe.

DUBE, Cornelius. Zimbabwe Economic Policy Analysis and Research Unit.

MAJAJA, Danai. Regional Economic Development Integration Department. Southern African Development Community Research and Document Institute.

MUDZONGA, Evangelista. Zimbabwe Economic Policy Analysis and Research Unit.

### ***Zâmbia***

CHEELO, Caesar. Macro-economic and monetary policy. Zambia Institute for Policy Analysis and Research.

HAMUSAKWE, Basil. Diretor do Mass and Media communication center, University of Zambia.

MADIMUTSA, Clever. Departamento de Política, University of Zambia.

MUDENDA, Dale. Departamento de Economia, University of Zambia.

MULOBELA, Whitney. Jornalista e ativista social, Non-Governmental Gender's Organization Cordinating Council.

TEMBO, Bernard. Zambia Institute for Policy Analysis and Research (ZIPAR).

